

Discurso da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no seminário “Planejamento e Desenvolvimento: Experiências Internacionais e o Caso do Brasil”

Brasília, 22 de novembro de 2012

É uma honra recebê-los neste evento no Ministério do Planejamento, que promovemos em parceria com o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas.

Nosso propósito aqui é muito oportuno, já que vamos analisar experiências internacionais quanto aos desafios enfrentados pelos países no processo de planejamento para o desenvolvimento inclusivo.

Para fazer isso, é preciso começar pelo debate sobre o papel do Estado neste processo.

No caso do Brasil, o Estado atua hoje como um indutor do desenvolvimento, assumindo um papel essencial.

Esta forma de atuar do Estado brasileiro vem desde 2003, no início da gestão do presidente Lula, e prossegue agora com a presidenta Dilma. Ou seja, o povo brasileiro escolheu esse caminho em 2002 e confirmou a opção em 2006 e 2010.

Neste período de quase 10 anos, consolidou-se no Brasil a opção do governo por um modelo de desenvolvimento inclusivo, que prevê a busca do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Isto se traduziu na retomada dos investimentos em infraestrutura econômica e social; na ampliação das políticas de proteção social; e na qualificação e expansão dos serviços públicos.

Esse modelo de desenvolvimento inclusivo fortaleceu o mercado interno, garantiu direitos sociais e permitiu ao Brasil enfrentar a atual crise internacional – que, como estamos vendo agora, mesmo após três anos continua a exigir que todos nós permaneçamos em alerta.

Sabemos que o desenvolvimento de uma nação se dá em muitas frentes.

No Brasil, temos hoje um conjunto de programas que visa atacar diferentes gargalos e atrasos da nossa estrutura econômica e social, de forma a possibilitar um salto qualitativo nas condições de vida da população brasileira e na competitividade nacional.

A elaboração desse conjunto de programas exigiu, antes, a retomada da capacidade de planejamento no País.

Isso porque a busca do crescimento econômico com redução de desigualdades sociais envolve uma visão ampla do processo econômico e uma série de políticas públicas complexas.

Assim, a indução do governo central é necessária para implementar e garantir a coordenação e a gestão governamental das políticas públicas e sociais, dos incentivos econômicos e dos mecanismos de regulação, entre outros.

Gostaria de ressaltar que o arcabouço legal brasileiro estabelece explicitamente uma relação entre o planejamento e o orçamento.

Assim, a cada quatro anos o Executivo apresenta ao Legislativo um Plano Plurianual (PPA), com os grandes objetivos para o quadriênio seguinte.

Aprovada a proposta, temos então as metas que o governo deve atingir a fim de assegurar a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Por outro lado, anualmente, são apresentados ao Legislativo as regras para elaboração do Orçamento (o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o Orçamento propriamente dito (o Projeto de Lei Orçamentária Anual), ambos considerando os dispositivos do PPA.

Nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, entendemos que o planejamento deve que ter uma abrangência e uma complexidade compatíveis com os gigantescos desafios do desenvolvimento socioeconômico do País.

Para enfrentá-los, desde 2003 o governo elabora e valoriza os PPAs como instrumentos desse planejamento e da orientação para a implementação de uma estratégia de transformação social e econômica, com sustentabilidade ambiental e integração regional.

Os três PPAs nestes últimos dez anos introduziram e consolidaram o atual modelo de desenvolvimento inclusivo, com a definição de uma convergência entre os objetivos econômicos e sociais.

O PPA elaborado no início do governo Lula, em 2003, destacou a desconcentração de renda e o mercado interno de consumo de massa como objetivos solidários e interdependentes, marca essa plenamente mantida nos dois outros planos seguintes.

O PPA de 2003 continha indicações básicas sobre o planejamento dos investimentos em infraestrutura produtiva e social, mas foi no PPA elaborado em 2007 – e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – que essa dimensão passou a ter a ênfase requisitada pelo processo de desenvolvimento brasileiro.

Ela está presente com toda a força no PPA ora em vigor (2012-2015), ao lado dos programas e projetos destinados a prover acesso universal e de qualidade aos bens e serviços de natureza social – como educação, saúde, habitação e mobilidade urbana – e ao lado do destaque dado à transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de emprego, melhoria distributiva e avanços substanciais na busca de um Brasil sem miséria.

Gostaria de destacar três linhas mestras do atual modelo de desenvolvimento inclusivo: o PAC, o Plano Brasil sem Miséria e as iniciativas nas áreas de educação e de inovação.

O PAC foi pensado com um objetivo duplo: garantir os investimentos para que o Brasil cresça de maneira sustentável, mas também remover gargalos, quase todos na área de infraestrutura, que afetam a competitividade do País.

O rápido crescimento da nossa economia nos últimos anos colocou, por exemplo, novos desafios aos sistemas de logística e de energia do Brasil.

Neste caso e em outros, o PAC representa, portanto, a provisão de infraestrutura necessária para o desenvolvimento, visando a integração nacional e regional, com desconcentração territorial.

No todo, o conjunto de ações do PAC envolve o espaço urbano sustentável e o uso racional dos recursos naturais, apontando para a universalização de acesso aos serviços básicos – e, para tanto, o governo federal apoia iniciativas dos governos estaduais e municipais nesta direção.

Dos vários resultados do PAC, faço questão de destacar o programa “Minha Casa, Minha Vida”, de habitação popular, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque a criação desse programa demonstra a necessidade de flexibilidade no planejamento.

Os planos de mais longo prazo têm seus objetivos, mas eles têm de ser mudados à medida que o tempo passa. Esse é um aspecto importante que sempre devemos ter em mente.

O “Minha Casa, Minha Vida” é um exemplo desta flexibilidade.

O programa não estava no PPA-2007 com a ênfase com que foi criado em 2009.

O “Minha Casa, Minha Vida”, intensivo em mão de obra, foi criado a partir do entendimento do governo da necessidade de políticas anticíclicas para o enfrentamento da crise internacional iniciada em 2008, alinhando-se ao PAC, que já se constituía em uma ação anticíclica.

Em segundo lugar, destaco o “Minha Casa, Minha Vida” porque, pouco mais de um ano depois de sua criação, atingimos a meta de um milhão de unidades habitacionais contratadas.

Isso foi possível porque houve um debate, não só dentro do governo, mas também com o setor privado, no sentido de criar as condições para que a meta foi atingida, levando a uma revisão de processos e uma reorientação de normas.

Agora em sua segunda fase, a nova meta do “Minha Casa, Minha Vida” é construir 2,4 milhões de unidades habitacionais até 2014, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda.

No início de dezembro, devemos alcançar um milhão de moradias entregues à população.

O combate às desigualdades sociais é também uma das principais vertentes do atual modelo de desenvolvimento inclusivo.

Por meio do Programa Bolsa Família, entre outubro de 2003 e abril de 2012, cerca de R\$ 94 bilhões foram transferidos para 13,5 milhões de famílias.

Iniciativas como essa indicam contribuíram para que até 2010, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 24 milhões de brasileiros tenham saído da pobreza e 36 milhões alcançaram um patamar que configura notável mobilidade social – o que tem sido chamado, aqui no Brasil, de nova classe média.

Foi importante neste resultado o crescimento do PIB de 3,9% ao ano, em média, entre 2003 e 2011.

Nesse período, tivemos a criação de cerca de 19 milhões de postos de trabalho (desde 2003) e a elevação da renda média domiciliar em 33%, em termos reais, ao longo de uma década (entre 2001 e 2011).

Apesar desses êxitos, o Censo Demográfico feito no Brasil em 2010 identificou 16,2 milhões de pessoas ainda vivendo em condição de extrema pobreza.

Para combater esta situação, o governo Dilma lançou o Plano Brasil sem Miséria, que inclui ações que visam promover a inclusão dessa população mais vulnerável, com ações de transferência de renda, inclusão produtiva e garantia de acesso aos serviços básicos.

Uma das principais estratégias do Brasil sem Miséria é atenção básica à primeira infância (crianças de 0 a 6 anos, faixa etária mais atingida pelas condições de extrema pobreza).

Até 2014, serão R\$ 10 bilhões em investimentos para ampliação do acesso a creches, pré-escolas e saúde e na superação da extrema pobreza – não apenas das crianças, mas também de suas famílias.

A inclusão produtiva dessas famílias se dá, por exemplo, por meio do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que oferece mais de 180 cursos profissionalizantes gratuitos.

Para as famílias incluídas nos programas sociais do governo federal, haverá oferta de 1 milhão de vagas até 2014.

No terceiro aspecto que gostaria de destacar aqui, os investimentos em educação e inovação e a melhoria das condições de trabalho são, também, ações prioritárias no atual modelo de desenvolvimento inclusivo.

São investimentos para alavancar a qualidade da educação básica e fundamental; ampliação da rede de ensino profissionalizante e superior; 100 mil bolsas de estudo no exterior, para graduação e pós-graduação; e incentivos à inovação.

Sinalizamos com isso, além da garantia de direitos de cidadania, para um aumento da produtividade e da competitividade da nossa economia.

Enfim, essa postura mais ativa do Estado brasileiro provocou a retomada do crescimento econômico do País.

Nesse papel de indutor do desenvolvimento, o governo federal assumiu o planejamento, envolvendo as empresas estatais e as instituições estatais de fomento.

O governo construiu uma nova parceria com o setor privado – que atua mediante concessões ou parcerias, na construção e no fornecimento de infraestrutura econômica e social.

Saímos da discussão estéril sobre a quem cabe fazer o investimentos, se ao setor público ou ao privado, e estabelecemos uma carteira audaciosa que projetos que vem sendo implementada tanto pelo setor público como pelo setor privado.

Para fortalecer este novo arranjo, o governo desempenha papel crucial na coordenação dos projetos, na garantia da demanda, no financiamento de longo prazo e na regulação, além de atuar, evidentemente, na formação das expectativas do próprio setor privado – que se sente mais confiante para realizar os seus próprios projetos de investimento.

Em síntese, eu diria que a maior parte dos resultados que obtivemos nos últimos anos, reconhecida nacional e internacionalmente, é explicada pelos investimentos que fizemos em busca do crescimento econômico com redistribuição de renda; nos investimentos em infraestrutura produtiva, social e urbana; e nos investimentos em atividades baseadas em recursos naturais.

A despeito dos excelentes resultados alcançados, ainda temos desafios a vencer, e cabe ao governo enfrentá-los, em permanente interlocução com a sociedade brasileira.

Este momento de discutir e dividir com cada um de vocês as experiências que temos no campo do planejamento serve também como oportunidade de reflexão para pensarmos o futuro do Brasil e dos mecanismos de planejamento que dispomos neste momento.

Assim como obtivemos avanços até aqui, acredito que podemos continuar com sucesso na direção do crescimento sustentável e na redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Antes de terminar, acho importante salientar que, se nossos países têm um importante desafio para elaborar e implementar o seu planejamento nacional, é necessário avançarmos cada vez mais no planejamento integrado regional.

A integração latino-americana é prioritária na política externa brasileira.

Consideramos a integração requisito estratégico para a redução das assimetrias que caracterizam a realidade regional, bem como para a inserção bem-sucedida de nossas economias e sociedades em um ambiente internacional crescentemente competitivo.

Já identificamos, por exemplo, resultados concretos dessa integração econômica na América do Sul.

Foi-se o tempo em que nossos governos e economias miravam apenas os países de além-mar, dando as costas para os vizinhos continentais.

Uma tradução dessa nova realidade, bem diferente daquela de décadas atrás, é a criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

Há quase exatamente um ano, em 30 de novembro de 2011, os ministros do Cosiplan (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento) aprovaram aqui em Brasília a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), que prevê o investimento de US\$ 13,7 bilhões em obras de integração regional até 2022.

Também foi aprovado o Plano de Ação Estratégico 2012-2022, que estabelece os objetivos e ações a serem desenvolvidas no período no âmbito do Cosiplan.

Esse plano orienta-se, primordialmente, ao aperfeiçoamento de ferramentas para a execução e conclusão de projetos; à incorporação de mecanismos de participação social; à atenção ao aspecto de financiamento de projetos de alto impacto na região; e à compatibilização dos marcos normativos e institucionais dos países da América do Sul.

Em outras palavras, já temos alguns instrumentos que podem auxiliar no planejamento e na execução de ações em favor do desenvolvimento econômico regional.

Tenho certeza de que este seminário, com a troca de experiências que teremos e que se seguirá em outros países, certamente contribuirá para novos avanços, em especial porque o Ilpes e a Cepal ajudarão da disseminação desse conhecimento.

Desejo a todos uma participação produtiva e agradável neste evento.

Muito obrigada.